

exposição subordinada ao tema *A circulação do Direito na Europa Medieval. Manuscritos jurídicos europeus em bibliotecas portuguesas*, que, pela sua importância, será objeto de notícia individualizada.

MARIA DO ROSÁRIO MORUJÃO

CHSC-UC; CEHR-UCP
rmorujao@gmail.com

A circulação do Direito na Europa Medieval. Manuscritos jurídicos europeus em bibliotecas portuguesas. Exposição.

Entre 26 de fevereiro e 31 de maio de 2016, teve lugar na Biblioteca Nacional de Portugal uma importante e pioneira exposição de manuscritos jurídicos iluminados conservados em bibliotecas portuguesas, mas produzidos fora do nosso país. Organizada pela Biblioteca Nacional em colaboração com o Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, teve como comissária geral e coordenadora científica a investigadora Maria Alessandra Bilotta, que leva a cabo o seu projeto de pós-doutoramento naquele Instituto, projeto esse, aliás, que se encontra na base desta mostra. Foram comissários outros dois investigadores do IEM: Francisco José Diaz Marcilla e Mário Farelo.

Doutorada em História da Arte, especialista em Codicologia, Maria Alessandra Bilotta estuda, no seu pós-doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e para a Tecnologia, a circulação dos manuscritos jurídicos na Europa meridional. Muito especialmente, o seu trabalho incide sobre livros de Direito produzidos no sul de França e existentes em Portugal, e procura elucidar os circuitos que permitiram a sua difusão numa Europa medieval em que estudantes, clérigos, artistas e ideias circulavam, criando-se assim uma identidade comum a todo o Ocidente cristão. Que Portugal não ficava à margem desse movimento fica bem ilustrado nesta exposição, que apresentou manuscritos não apenas da Biblioteca Nacional, mas também da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, da Biblioteca Pública Municipal do Porto, da Biblioteca Municipal de Elvas, do Museu da Fundação Calouste Gulbenkian, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, do Museu Nacional de Arqueologia, e ainda de instituições estrangeiras como a Biblioteca Municipal de Avinhão, os Arquivos Municipais e a Biblioteca Municipal de Toulouse e a Biblioteca Comunale degli Intronati de Siena.

Esta exposição, cujo catálogo esperamos que seja rapidamente publicado, mostra alguns dos resultados da investigação levada a cabo no âmbito do referido projeto, que permitiu já, por exemplo, contrariar a ideia durante longo tempo aceite de não existência de exemplares do Decreto de Graciano em Portugal. O trabalho de Maria Alessandra Bilotta inscreve-se na vaga de renovação dos estudos de codicologia que ocorre atualmente (podemos também dizer finalmente) no nosso país; e está a modificar por completo o conhecimento acerca dos manuscritos jurídicos conservados em Portugal, graças à datação e identificação corretas e à atribuição da origem não apenas daqueles que chegaram até nós na íntegra, mas também dos que apenas sobreviveram sob a forma de fragmentos. O seu alcance é, porém, muito mais alargado: para além dos aspetos codicológicos propriamente ditos, o estudo feito é essencial para o conhecimento dos circuitos de produção, aquisição e circulação desses manuscritos e, logicamente, de quem os fez chegar a Portugal, dando assim um precioso contributo para o estudo da cultura jurídica medieval do nosso país.

MARIA DO ROSÁRIO MORUJÃO

CHSC-UC; CEHR-UCP

rmorujao@gmail.com